



REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASILEIRA

Adaildes Bispo Dourado | IF Goiano | adabispo@ufrj.br
José dos Santos Souza | UFRRJ | jsantos@ufrj.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho sistematiza revisão de literatura sobre verticalização do ensino nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. Essa revisão de literatura revela que “o trabalho docente no ensino verticalizado” lidera as discussões sobre a verticalização do ensino, representando 24,3% da totalidade das produções científicas levantadas. A fim de conhecer as contribuições dos pesquisadores sobre esse tema, fizemos um recorte dos assuntos tratados nos textos classificando-os em quatro categorias analíticas, são elas: 1) “Professor Flexível e Ordem do Capital”; 2) “Identidade e Profissionalidade Docente”; 3) “Desafios Didáticos e Pedagógicos do Trabalho Docente”; e 4) “Polivalência, intensificação e precarização do trabalho docente”.

A análise das produções científicas se referenciou na hipótese de que as atribuições múltiplas ocasionadas pela atuação do professor em diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme preconiza a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, podem intensificar a precariedade do trabalho docente.

2. METODOLOGIA

O levantamento das produções científicas foi realizado junto aos seguintes repositórios: Indexador Scientific Eletronic Library (SciELO Brasil); Indexador Nacional de Periódicos na Área da Educação da Fundação Carlos Chagas; Portal de Periódicos e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), onde estão registrados os trabalhos apresentados nas Reuniões Científicas Nacionais a partir da 23ª Reunião Científica, ocorrida em 2000.

O recorte temporal é o período de 1996 a 2023. Este recorte foi estabelecido por considerar 1996 o início das reformas mais contundentes no campo educacional, a exemplo da





promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e 2023 por ser o último ano finalizado quando havíamos iniciado o levantamento bibliográfico em 2024.

Estabelecemos como eixo temático “*verticalização do ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*”. Foram levantadas 74 produções científicas, dentre elas: artigos científicos, resumos expandidos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da literatura levantada, constatamos que a verticalização do ensino se institui como política pública educacional que propõe a oferta de Formação Profissional Inicial e Continuada, Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação (*lato sensu e stricto sensu*), nas modalidades de Educação Presencial, Educação à Distância (EaD) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma mesma instituição de ensino. Portanto, essa prática consiste em uma estrutura acadêmica que, em alguma medida, repercute sobre o trabalho docente, devido à exigência de múltiplas competências ao profissional da educação, o que pode intensificar a precariedade do trabalho docente.

A reestruturação da Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi estudada por Ramos (2011), sob o viés dos consensos e dissensos em torno da alteração do centro de atuação das instituições e as representações do trabalho docente. O pesquisador remonta a década de 1990 para compreender a ideia de uma cultura educacional mundial comum e chega até a reforma do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse Programa visa ajustar a Educação Profissional ao contexto de acumulação flexível do capital, imprimindo-lhe códigos como: competitividade, autonomia, autogerenciamento, autorregulação, flexibilidade, dentre outros.

Sobre as reformas do sistema educacional, Souza (2018) lembra que a centralidade está no atendimento das demandas empresariais, pautadas na recomposição das bases de acumulação afetadas pela crise estrutural do capital. De acordo com o autor, a Educação Profissional se vincula ao conjunto de políticas públicas de trabalho e renda com seu caráter pragmático, imediatista e interessado, corroborando os princípios de qualificação como fator determinante do ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Ao observar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir do ensino verticalizado no Instituto Federal do Rio de Janeiro, a pesquisadora Silva





(2018) analisou o professor flexível em tempos de acumulação flexível e concluiu que a categoria de trabalhadores docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) surge da necessidade de atender aos novos desafios impostos pela reestruturação do capitalismo, “que exige nova subjetividade do trabalhador, delineada a partir da flexibilidade tanto numérica quanto funcional ou atitudinal, assim como da flexibilidade de tempo” (Silva, 2018, p. 191). Com isso, para atender a multiplicidade de cursos amplia-se o espectro de atuação dos trabalhadores docentes, fazendo-os polivalentes, portanto, flexíveis.

Araújo (2018), que desenvolveu pesquisa de doutorado sobre formação de professores para a Educação Básica no Instituto Federal do Acre, discute a influência do projeto neoliberal sobre a educação profissional, que delega ao ensino profissional e tecnológico o atendimento de demandas voltadas ao crescimento econômico, conforme recomendações dos organismos internacionais. Segundo ele, a postura socialdemocrata do governo Lula possibilitou a flexibilização da Educação Profissional e criou os Institutos Federais, considerados instituições mistas de Educação Básica, Ed. Profissional e Ed. Superior. Conforme o pesquisador, uma reestruturação que altera a natureza das funções docentes dessas instituições, já que ficam ampliados os níveis, etapas e modalidades de ensino, uma flexibilização institucional que também flexibiliza e precariza a carreira do docente.

Uma análise dos processos de intensificação do trabalho docente verticalizado nos Institutos Federais feita por Araújo e Mourão (2021) constata elementos precarizantes, considerando a realidade concreta do fazer pedagógico. Segundo os pesquisadores, a intensificação do trabalho está atrelada à diversidade de funções exercidas pelos professores em seu campo de atuação, uma sobrecarga impulsionada pela lógica gerencialista voltada à eficiência e à resposta imediata às demandas institucionais, que compromete a qualidade do fazer pedagógico.

Pesquisadores também apontam que a diversificação de atividades em uma instituição com uma identidade ainda em construção fragiliza a materialidade do trabalho e compromete a construção da identidade docente coletiva, legitimando o individualismo e desencorajando o movimento associativo entre os professores. Para Oliveira (2016), os professores que atuam no cenário do ensino verticalizado dos Institutos Federais tendem a reproduzir a institucionalidade de uma universidade em uma instituição que oferta Educação Básica e





Ensino Superior. É tido como polivalente, multifuncional, que parte para o enfrentamento de situações que envolvem o magistério superior e a Educação Básica.

Poucos foram os estudos encontrados que abordam a formação de professores para verticalização do ensino como temática central. Outrossim, identificamos que os pesquisadores que adentraram essa seara identificaram importantes fragilidades, a começar pela formação inicial, que por vezes, não atende ao modelo de ensino verticalizado. Ciavatta (2008) afirma que são os fins da educação que devem pautar a formação do professor. Nesse sentido, é imperativo pensar nos desafios de uma educação ligada ao mundo do trabalho e suas contradições. A autora enfatiza que a formação dos professores de educação profissional e tecnológica pressupõe de importância crucial para o desenvolvimento social e cultural de um povo.

A pesquisa de doutorado de Penna (2021) tratou dos reflexos da criação dos Institutos Federais sobre o trabalho docente a partir da realidade materializada no Campus Avançado de Ponte Nova, no Instituto Federal de Minas Gerais. Uma de suas hipóteses era de intensificação do trabalho docente considerando a atuação em diferentes níveis e modalidades atendendo a tríade ensino, pesquisa e extensão. A tese confirma as hipóteses, visto que, de acordo com os estudos, ao inserir os docentes em uma situação nova de trabalho demandou ajustes e acomodações por parte deles, a exemplo do desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas para o desempenho das atividades.

Também foi verificada a existência de cargas físicas, cognitivas e psíquicas submetidas à interpretação dos professores para criação de produções científicas com vistas ao atendimento dos objetivos esperados. A pesquisadora conclui que os professores estão submetidos à sobrecarga e intensificação do trabalho, pois essas condições também são geridas pelo próprio professor com a finalidade de atender às prescrições estabelecidas.

Para Oliveira (2004), os trabalhadores docentes são forçados a dominar novos saberes e novas práticas para o exercício de suas funções por força da legislação. A autora cita como exemplos, a pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos e as avaliações formativas, que segundo ela, fazem parte de um conjunto de novas exigências a que esses profissionais devem responder.

4. CONCLUSÕES





A verticalização, entendida como oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino em uma mesma instituição é interpretada como parte de um projeto alinhado à lógica neoliberal, voltado à otimização de recursos, ou seja, o enxugamento das estruturas públicas e à formação de força de trabalho para atender às demandas do mercado empregador.

Estudos revisados demonstram que essa estrutura exige um professor multifacetado e polivalente, que dê conta do ensino, pesquisa, extensão, bem como da gestão, com atuações em diferentes níveis e modalidades de ensino, com o agravante de nem sempre dispor de suporte institucional e infraestrutura adequada. Uma realidade que gera processos de intensificação da precariedade do trabalho docente comprometendo a qualidade do desempenho profissional.

O enfraquecimento da coletividade e a naturalização da docência multifuncional também foram observados pelos pesquisadores que encontraram situações em que o próprio professor se responsabiliza por sua adaptação. Portanto, conclui-se que, embora o discurso oficial promova a valorização da verticalização do ensino no sentido de democratização do acesso à escola, na prática, as contradições em sua concreticidade fazem emergir desafios significativos ao corpo docente, comprometendo a formação docente com vistas ao desenvolvimento da capacidade de trabalho e de reflexão acerca da realidade educacional experienciada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento. **A precarização da formação de professores para a Educação Básica no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia Do Acre – Campus Cruzeiro do Sul.** 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. **Revista Educação e Pesquisa.** vol.47, e226325. Epub 15-Mar-2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm . Acesso 20/11/2024.





CIAVATTA, Maria. **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica:** perspectiva histórica e desafios contemporâneos. In: MEC/INEP. (Org.). Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. 1ª ed. Brasília: MEC/INEP, 2008, v. 8, p. 42 a 67.

OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de. **O trabalho docente na verticalização do Instituto Federal de Brasília.** 2016. 170 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 05/05/2025

PENNA, Sibele Leandra. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** o trabalho docente no Campus Avançado de Ponte Nova - MG . 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

RAMOS, Elbo Lacerda. **Consensos e dissensos em torno da alteração do centro de atuação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de origem agrícola:** representações do trabalho docente. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFU, MG. 2011.

SILVA, Katia Correia da. **Professor-flexível no ensino verticalizado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ:** um olhar sobre a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica em tempos de acumulação flexível. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/3nrp9k9J4V8JLZrJyLTNbLP/format=pdf&lang=pt>. Acesso: 06/01/2025.

